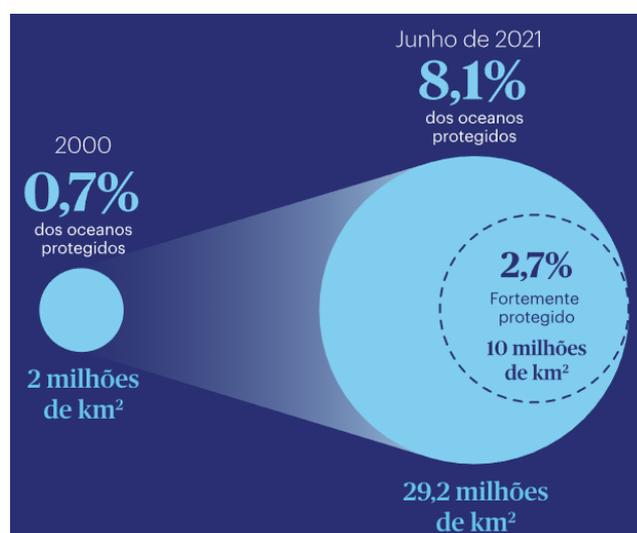
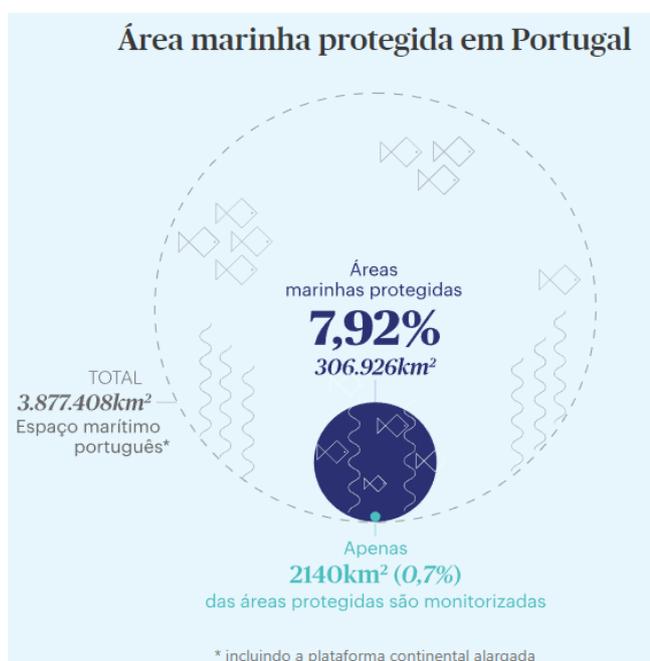


## Sabia que ...

... até 2030, há uma campanha que tem o objetivo de proteger 30% dos oceanos para combater o impacto da pesca, da poluição e das alterações climáticas?

Em Portugal, há várias áreas marinhas com diferentes estatutos de conservação, mas muitas não estão efetivamente protegidas.

Em 1971, um pequeno pedaço de mar à volta das Ilhas Selvagens tornou-se a primeira área marinha protegida (AMP) em mar português. A proteção foi dada no contexto da Reserva das Ilhas Selvagens, a primeira reserva portuguesa. Até à profundidade de 200 metros à volta dessas ilhas, passou a ser "interdita a atividade piscatória, a prospeção e exploração submarina e ainda o lançamento de detritos", lê-se no artigo de José Simão, da Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, com o título "A criação e gestão das áreas marinhas protegidas", publicado no livro *Proteger o Mar*, editado pelo Ministério do Mar em 2021.



Fatores como a pesca intensiva, a perda da biodiversidade, a poluição, a acidificação dos oceanos, a diminuição da concentração do oxigénio (ambas decorrentes das emissões antropogénicas de CO<sub>2</sub>) e, mais recentemente, a mineração, põem em causa os ecossistemas marinhos, os recursos piscatórios que servem milhões de pessoas e, também, a capacidade reguladora dos oceanos.

A nível mundial, só a partir de 2000 é que começou a haver um aumento significativo de AMP. Em 2021, a área marinha protegida no planeta era de 8,1%. Destes, apenas 2,7% tinham um regime forte de proteção. Um dos maiores desafios para a conservação do mar são as águas internacionais, áreas dos oceanos que estão fora das zonas económicas exclusivas dos países. São necessários acordos internacionais para se estabelecerem regimes de proteção nestas zonas. Além disso, é mais difícil fazer a vigilância nestas águas contra atividades como a pesca ilegal.

Excerto adaptado da notícia publicada em:

<https://www.publico.pt/2022/06/20/infografia/mar-proteger-711>